COLÔNIA À VENDA



Dirsomar denuncia danos causados pelo excesso de moradores na colônia

Newton Araújo Jr. Da equipe do Correio

ma das atividades mais lucrativas (e ilegais) do Brasil continua em plena expansão no Distrito Federal. Parcelar terras públicas e vendê-las em pedacinhos como lotes de condomínios continua fazendo fortunas no DF. O sujeito não é proprietário de nada, falsifica documentos e vende a terra como se fosse sua. A atividade é irregular, há uma montanha de leis para coibi-la e buscar alternativas de regularização, mas os grileiros e seus laranjas continuam agindo à luz do dia.

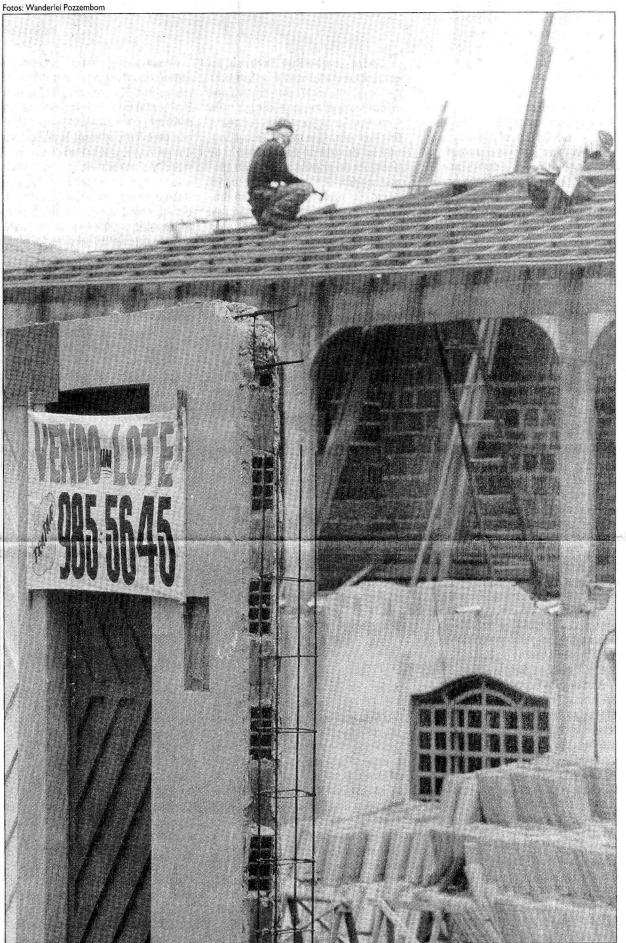
Na Colônia Agrícola Vicente Pires — situada numa faixa nobre entre Guará e Taguatinga e servida pelas estradas EPTG e Estrutural —, lotes são oferecidos em inúmeras faixas ao longo do caminho. A reportagem do Correio conferiu alguns desses anúncios e ouviu propostas que variam de R\$ 10 mil a R\$ 35 mil. Os preços dependem dos beneficiamentos que existem na área, como água, luz, ruas abertas, telefone e escoamento de águas pluviais.

"Somente na Vicente Pires já foram instaurados 35 inquéritos e continuam em curso mais de 20 investigações", confirma a delegada Nélia Vieira, da Delegacia Especial do Meio Ambiente (Dema). "Na última quinta-feira foi feito um flagrante de operários abrindo ruas lá. Mas há venda ainda maiores nas colônias agrícolas Arniqueira (próximo ao Park Way) e Samambaia", diz.

Ontem, um vendedor que não quis se identificar mostrou um lote de 800 metros quadrados na Colônia Agrícola Samambaia — às margens da EPTG — ao preço de R\$ 25 mil, com água, luz e telefone. Do outro lado da pista fica o bairro de Águas Claras e a residência oficial do governador do DF. Só que a área onde está o lote irregular, em terras pertencentes à Terracap, parece em melhores condições que Águas Claras, bairro criado oficial-

Para legalizar uma situação já estabelecida, o governo enviou à Câmara Legislativa e esta tornou lei a criação de novos bairros residenciais em áreas públicas ocupadas irregularmente. O bairro Vicente Pires foi criado justamente em cima dessa expansão urbana da Colônia Samambaia. Nada está regularizado, ninguém ainda tem o registro e escritura das terras, mas os lotes continuam sendo vendidos.

Esse novo bairro piorou a situação dos produtores rurais da Colônia Vicente Pires. "Com um bairro



A venda de lotes é anunciada em faixas por toda a colônia. Alguns, com casas já construídas, chegam a R\$ 85 mil

residencial com esse nome, as pessoas passaram a procurar lotes exatamente aqui na colônia rural, sabendo que há a possibilidade de regularização'', lamenta Dirsomar Chaves, secretário-geral da Associação de Produtores Rurais da Vicente Pires (Avirps).

O representante dos agricultores critica a idéia da Terracap em criar um bairro com esse nome e mostra que a situação da colônia rural está seriamente ameaçada de continuar como produtora de alimentos. "Das 310 chácaras arrendadas pela Fundação Zoobotânica (FZDF) aos produtores, cerca de cem delas já estão parceladas em condomínios. Pelos dados da própria Fundação esse número é maior. E somente 90 chácaras podem ser consideradas como de fa-

to mantendo uma produtividade

rural efetiva", diz.

Na chácara 154/1, um condomínio inteiro já está organizado com ruas abertas e toda a infra-estrutura urbana. Uma placa na Estrutural oferece uma casa já construída, mas em fase de acabamento. "Tem cinco quartos e o preço é de R\$ 85 mil", informa a proprietária Antônia Ferreira César. "Estou vendendo por dificuldades financeiras. Mas no futuro pretendo comprar outro lote aqui", diz. Segundo ela, na mesma rua em que mora há um lote a R\$ 35 mil. E muitos arrendatários da FZDF estariam somente esperando a valorização da área para parcelarem suas chácaras.

O adensamento populacional provocado pelos condomínios na Vicente Pires vem trazendo uma série de conseqüências danosas aos produtores, de acordo com o presidente da Avirps. "Excesso de exploração das águas subterrâneas e de poços artesianos prejudicam a irrigação da agricultura; lixo é jogado pelas ruas, trazendo mau cheiro e insetos; os bolsões — buracos feitos pelos agricultores para conter a velocidade das enxurradas e evitar erosão — estão sendo soterrados pelos condomínios".

Dirsomar enumera ainda mais: "O asfalto, que foi em boa parte feito pelos produtores, está sendo desgastado pelo excesso de carros dos moradores; a parte elétrica, 100% custeada pelos produtores não atende mais às nossas necessidades e a energia está sempre caindo; o resto de cobertura vegetal natural tem sido derrubada para dar lugar às casas." Dirsomar critica ainda a fragilidade dos contratos da FZDF, que não prevêem punições. "Se mudar a destinação da chácara, a Fundação entra com uma ação e a Justiça faz vista grossa", diz.

A promotora da Ordem Urbanística do Ministério Público do DF, Alessandra Queiroga, informa que há mais de cem procedimentos de investigação sendo efetuados pelo órgão em que atua. Vários já se transformaram em ações na Justiça, mas nenhum foi ainda julgado em definitivo. Tampouco há nenhum grileiro preso e condenado em última instância.

Falando pela FZDF, o diretor-executivo Oscar Aguiar de Rosa Filho diz que há inúmeras ações para desconstituição dos condomínios e pedidos de reintegração de posse, "mas os compradores dos lotes entram com liminares na Justiça e fica difícil reintegrar a posse das terras à Fundação". Apesar dos inquéritos na Dema e de ações de máquinas derrubando obras, Oscar reconhece que "isto ainda não tem sido o suficiente para resolver a questão" e que os processos na Justiça levam anos para chegar a alguma conclusão satisfatória.

Para tentar dar maiores garantias aos produtores rurais, o governo do DF alterou o período de vigência dos contratos de arrendamento, dos atuais 15 anos para 50 anos, com direito a renovação e de herança para os filhos dos arrendatários. "Isso garante a função social das terras públicas, pois preserva o meio ambiente, gera empregos e produção. Se tornadas privadas, essas terras podem ser facilmente parceladas. E vender terras dá infinitamente mais lucro do que a agricultura", lamenta Oscar.

A situação tem se tornado tão crítica que até dois ex-presidentes da Associação de Produtores Rurais da Vicente Pires parcelaram suas terras, um deles exatamente em frente à Avirps e à Feira do Produtor, um dos trunfos dos agricultores para se manterem na atividade.

Se forem confirmadas a tendência de parcelamento das chácaras e a venda de lotes nos próximos anos, essa luta que eles vêm mantendo pode ser perdida em breve. Uma das promessas feitas a eles pelo governo que se instalará em janeiro próximo — confirmada por vários produtores rurais da região — foi justamente o título definitivo da área. É o que falta para a venda de lotes se tornar legal.

FUGINDO DA ORIGEM

Total de chácaras da colônia agrícola Vicente Pires, que foram arrendadas pela Fundação Zoobotânica

310

Chácaras que ainda conservam características rurais e vivem de produção agrícola